



[Atribuição BB CY 4.0](#)

As contribuições da orientação pedagógica na resolução de conflitos e na formação do cidadão

Alan do Amaral Ribeiro¹
Fernanda Lessa Bezerra²
Leandro Trindade Pinto³

Resumo

Esta pesquisa tem como tema as contribuições da orientação pedagógica na comunidade escolar. O objetivo principal é refletir como os problemas de relacionamento podem interferir no processo de ensino e de aprendizagem e como eles foram ainda mais acentuados no pós-pandemia. O público-alvo foram famílias matriculadas no segmento da educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental em escolas públicas e privadas da Baixada Fluminense. A metodologia utilizada foi a pesquisa de campo. Os resultados trouxeram informações a relação entre baixo rendimento e de conflitos familiares; a evasão maior da escola pública de crianças de 0 a 5 anos cujas famílias pertencem às classes sociais C, D e E, e que esta evasão está relacionada entre o nível de instrução e a renda familiar. Tais resultados indicam que as contribuições da orientação pedagógica podem ajudar na identificação e possível resolução de alguns problemas no ambiente escolar.

¹ Graduado em Pedagogia. Professor da Secretaria Municipal de Educação–RJ. *E-mail:* alanribeiro.educador@gmail.com

² Pós-doutorado em Estudos de Linguagem. Professora da Secretaria Municipal de Educação – Duque de Caxias. *E-mail:* drafernandalessap@gmail.com

³ Doutor em ensino de Ciências e Matemática. Professor adjunto da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. *E-mail:* leandrotrindadep@yahoo.com.br

Palavras-chave

Orientação Pedagógica. Psicologia da Educação. Conflito.

Recebido em: 10/03/2024

Aprovado em: 11/07/2024

The contributions of pedagogical guidance in conflict resolution and citizen

Abstract

This research focuses on the contributions of pedagogical guidance in the school community. The main objective is to reflect on how relationship problems can interfere with the teaching and learning process and how they were even more accentuated post-pandemic. The target audience were families enrolled in the early childhood education segment and in the early years in public and private schools in Baixada Fluminense. The methodology used was field research. The results provided information on the relationship between low income and family conflicts; the greater dropout rate from public schools among children aged 0 to 5 whose families belong to social classes C, D and E, and that this dropout rate is related to the level of education and family income. These results indicate that the contributions of pedagogical guidance can help in the identification and possible resolution of some problems in the school environment.

Keywords

Pedagogical Guidance. Educational psychology. Conflict.

Introdução

A Pedagogia Dialógica, a Afetividade e a Abordagem Psicológica servindo de base para as práticas pedagógicas atuais podem implicar em importantes contribuições na orientação pedagógica na comunidade escolar. Procuramos destacar os conceitos presentes, principalmente, nas teorias de Henri Wallon (1968), de Galvão (1995), de Dantas (1992), de Paulo Freire (1989) e das orientações do Comitê Científico do Núcleo pela Infância (NCPI) (2016), nas ações que fundamentaram as orientações pedagógicas apresentadas nesta pesquisa.

A escolha deste tema foi sendo construída ao longo de cinco anos de observações e de convívio com famílias cujas crianças estavam matriculadas na educação infantil da rede particular de ensino. E pelos relatos de outras famílias e de educadores sobre as dificuldades de convivência entre professores, gestores, alunos e responsáveis pertencentes à rede pública de ensino. Outro ponto que contribuiu para a escolha do tema foram as reportagens sucessivas relatando as crises de ansiedade sofridas por alunos no período de pós-pandemia.

Os tempos de isolamento descortinaram a fragilidade da relação familiar. O distanciamento entre esses indivíduos já existia, mas era mascarado pelo tempo prolongado no trabalho e por outras relações sociais. As crianças e os jovens já externavam esses sinais dentro das escolas, sinais de grande instabilidade emocional, beirando, muita vez, a agressividade. Nunca foi tão imperioso o papel do pedagogo para a educação, já que ele solicita reflexões sobre as atuais abordagens e propostas de ensino e sobre as relações entre os diferentes atores que compõem a comunidade escolar.

Segundo Tuleski et al. (2005), as escolas já vivenciavam o problema da desestrutura familiar e da indisciplina do alunado, mesmo antes da pandemia. Essa epidemia, portanto, não trouxe as dificuldades sociais e de ensino, mas as acentuou, deixando claro o imperativo de mudanças.

Muito se debate acerca das famílias brasileiras desestruturadas, mas igualmente estão as escolas por não saberem reconhecer sua parcela de contribuição no desinteresse e na indisciplina do alunado e por não compreenderem o seu papel na sociedade. De acordo com Tuleski et al. (2005),

Pode-se perceber que a expectativa dos professores e da equipe técnica da escola em questão também era a de que a equipe de estágio [em psicologia] explicasse o problema vivenciado na escola pela carência econômica e afetiva das crianças, pela desestrutura familiar, pela falta de limites [...] (TULESKI *et al.*, 2005, p. 132).

Segundo Tuleski *et al.* (2005), os professores não conseguiam compreender que a escola faz parte da sociedade, já que esta influencia e é influenciada pela escola. Por consequência, os pontos de interesse e estímulo dos alunos não eram levados em consideração, “não havia compromisso com a análise crítica da realidade em que vivemos” (TULESKI *et al.*, 2005, p. 132):

Embora seja um momento novo, ele é vivido no conflito, cheio de contradições, cujos valores do educador começam a ser quebrados, gerando uma nova postura do educador. A partir desse momento, o educador iniciará um processo de elaboração/criação constante de sua vida, de sua prática. Vendo e revendo, fazendo e refazendo princípios de educar. (FREIRE, 1989, p. 13)

Conhecer melhor os alunos exige maior conhecimento de suas famílias, convivências e culturas, já que “os principais cuidadores das crianças são seus familiares, que incluem seus pais, irmãos, avós, tios, primos, podendo abranger vizinhos ou amigos das famílias” (NCPI, 2016, p. 5).

Esse cuidar das famílias e de suas crianças certamente não é papel de um único profissional ou de um setor, pois neste cuidar encontram-se questões sociais e individuais, de saúde mental e cognitiva, motora e emocional e a necessidade de oferta de oportunidades por intermédio de programas e de políticas públicas. É por isso que o diálogo entre diferentes profissionais, principalmente da saúde e educação, é necessário (NCPI, 2016).

A pedagogia dialógica de Freire e os conceitos de afetividade de Wallon, apresentam-se como instrumentos importantes para o entendimento e mediação de conflitos num contexto de pós-pandemia. A pedagogia dialógica, apresentada por Freire, “defende o diálogo como recurso indispensável no processo de educação, de forma que, todos devem ter direito à fala em uma relação de mútuo respeito” (SILVA, 2006, p. 7) e nas teorias de Wallon, que era médico, filósofo e psicólogo, encontramos a condição intrínseca entre o desenvolvimento cognitivo e a afetividade.

Ainda sobre Henri Wallon, os estudiosos Ferreira e Acioly-Régner (2010) explicam que Wallon “engloba em um movimento dialético, a afetividade, a

cognição e os níveis biológicos e socioculturais e também traz contribuições para o processo ensino-aprendizagem”. Esses mesmos autores declaram que “tendo um estreito contato tanto com a psicologia como com a educação, [Henri Wallon] aponta para a relação bidirecional entre essas disciplinas” (FERREIRA; ACIOLY-RÉGNIER, 2010, p. 25).

A pedagogia dialógica e a afetividade, portanto, contribuem mutuamente de maneira a favorecer a construção de uma base propícia às ações educativas. Silva (2006) cita Freire e explica-nos que “o diálogo não pode existir sem um profundo amor pelo mundo e pelos homens. Designar o mundo, que é ato de criação e de recriação, não é possível sem estar impregnado de amor. O amor é, ao mesmo tempo, o fundamento do diálogo e o próprio diálogo” (FREIRE, 1980, p.83 apud SILVA, 2006, p. 26). Sem afeto, não há tolerância e, sem tolerância, não há diálogo.

Metodologia

Destacamos que o objetivo geral deste trabalho é refletir como os problemas de relacionamento podem interferir no processo de ensino e de aprendizagem e como eles foram ainda mais acentuados no pós-pandemia. Dessa forma, pretendemos analisar como a formação pedagógica pode contribuir para uma adequação das práticas educacionais no século XXI. Assim, ao longo desse trabalho de pesquisa, o foco da investigação estava diretamente ligado ao seguinte problema: como a Psicologia da Educação pode contribuir para o enfrentamento dos novos (e também antigos) desafios encontrados na relação professor/aluno, direção/professor e direção/família?

Dessa maneira, ao longo do trabalho, analisamos: i) o conhecimento sobre o outro, da forma como ele ou ela entendem o mundo – conforme defende Freire –, auxiliou o pedagogo a encontrar um ponto de partida para o trabalho de orientação pedagógica com abordagens contextualizadas na psicologia educacional para orientar os pais (ou responsáveis) e os educadores no enfrentamento dos desafios apresentados; ii) os conceitos de afetividade e da pedagogia dialógica são recursos pedagógicos a serem utilizados como facilitadores durante o processo de ensino e de aprendizagem; iii) a psicologia educacional e a sociologia da educação representam importante base na formação

do profissional de pedagogia para o enfrentamento dos conflitos existentes nas relações humanas.

Todas essas questões foram analisadas com base em pesquisas realizadas com famílias cujas crianças estão matriculadas no segmento da educação infantil e nos anos iniciais, em escolas públicas e privadas da Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro. A metodologia utilizada foi a pesquisa de campo, valendo-se, como instrumento, do questionário, da observação, da roda de conversa e da entrevista. Ressaltamos que parte desses dados foram obtidos durante estágio obrigatório em gestão escolar em escola municipal da mesma região.

Os questionários aplicados, a roda de conversa e a entrevista com a equipe gestora, bem como as observações feitas dentro do espaço escolar, na rede pública e privada, serviram para alcançar diferentes contextos e perfis socioculturais, analisar famílias e suas percepções sobre os problemas levantados a fim de que nossa análise não ficasse tendenciosa ou ainda incompleta.

1. Primeira etapa – estudos preliminares

Para a primeira etapa, realizada entre maio e julho de 2022 e aplicada no formato online, houve quarenta perguntas fechadas ou de múltipla escolha, feitas a famílias com crianças matriculadas na educação infantil (zero a cinco anos), em escolas da rede pública ou privada da Baixada Fluminense. Obtivemos o total de 50 (cinquenta) respondentes distribuídos em 11 (onze) cidades, das quais se destacam Nova Iguaçu com 30% de participação; Belford Roxo com 26% e Mesquita com 12%. Seguidas de Paracambi com 8%, Queimados e Duque de Caxias com 6% cada. Outros municípios com participação menos relevante foram Japeri com 4%, Magé, Itaguaí, Nilópolis e Seropédica com 2% cada.

As perguntas desta primeira etapa estão organizadas em quatro conjuntos: 1) perfil socioeconômico; 2) o brincar; 3) a relação entre pais e filhos e 4) perguntas relacionadas diretamente às dificuldades de relacionamento ou comportamentais como ansiedade, estresse e depressão.

As perguntas foram analisadas não apenas de modo isolado, mas principalmente em conjunto com outras perguntas na tentativa de encontrar relação entre elas. Os resultados obtidos foram apresentados em gráficos e em tabelas, recursos visuais auxiliares à nossa melhor compreensão.

Com os gráficos, procuramos demonstrar os agrupamentos (perfis) que se formam dentro da mesma pergunta e, com as tabelas, conseguimos relacionar estes perfis com outras perguntas do questionário e verificar possíveis fatores geradores dos conflitos na comunidade escolar – entre membros da mesma família (mães, pais, filhos, filhas, tios, avós e todas as pessoas que, de algum modo, contribuem para o cuidar da criança); entre educadores e gestores e entre família, escola e sociedade local.

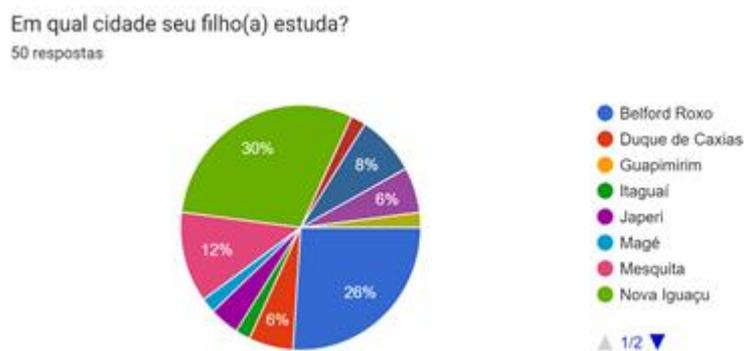
1.1 Perfil socioeconômico

A importância deste tipo de análise está em verificar o quanto as famílias com situação socioeconômica desfavorável “tendem a ter filhos com mais problemas de comportamento, de relacionamento e de desempenho escolar, em comparação com pais que usufruem de situações mais favoráveis”. (NCPI, 2016, p. 7)

A observação do perfil familiar torna-se relevante quando relacionamos o grupo de perguntas socioeconômicas ao grupo de perguntas associadas a um possível quadro de estresse, de ansiedade ou de depressão. Por esse motivo, colocamos a análise do perfil socioeconômico em primeiro lugar.

Começamos por destacar as cidades onde os filhos e as filhas dos respondentes estão matriculados e a porcentagem de participação desses. Embora esta pesquisa tenha alcançado famílias em diversos municípios da Baixada Fluminense, percebemos que os resultados, em sua maioria, estão representados por três municípios: Nova Iguaçu (30%), Belford Roxo (26%) e Mesquita (12%). Juntos, esses municípios representam 68% dos participantes.

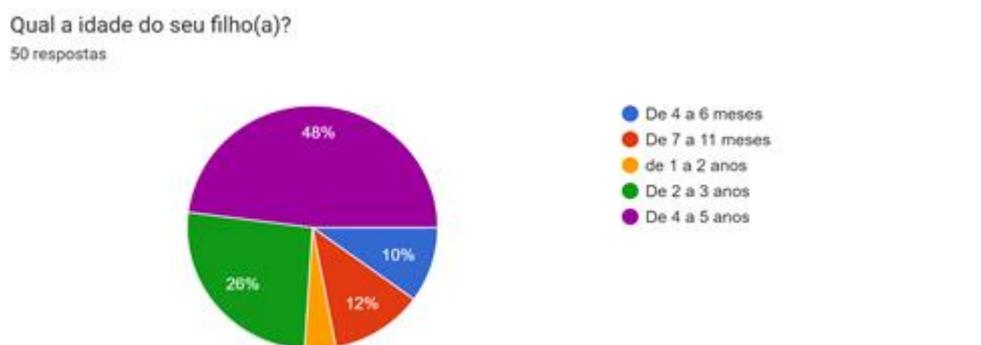
Imagem 1 – Questionário online: cidades de aplicação.



Fonte: acervo do professor

Do total de participantes, 48%, quase a metade deles, têm crianças com idade pré-escolar (quatro e cinco anos de idade), e os demais têm idade para creche (zero a três anos). As informações sobre a idade para creche e para a pré-escola e todos os parâmetros para a educação infantil são encontradas nas deliberações municipais. Segundo essas deliberações, as crianças com idade entre zero e três anos devem, quando matriculadas, participar da creche, e as crianças com idade entre quatro e cinco anos precisam ser matriculadas na pré-escola. A partir de 2013, por meio da Lei nº 12.796 de 2013, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Lei Nº 9.394 de 1996), a pré-escola passou a fazer parte da educação básica, que é obrigatória e gratuita entre 4 e 17 anos de idade.

Imagem 2 – Distribuição das famílias com crianças na educação infantil



Fonte: acervo do professor

A importância das políticas públicas fica mais evidente, por exemplo, quando constatamos o aumento do número de matrículas para os grupos de crianças com idade escolar obrigatória, em comparação com os outros grupos, conforme mostra o Gráfico 2. Neste gráfico observamos as crianças por grupo de idades, conforme distribuição sugerida pelas secretarias de educação: 0 e 1 ano (grupo 1), 2 e 3 anos (grupo 2) e 4 e 5 anos (grupo 3). Encontramos porcentagens iguais de matrículas entre os grupos 1 e 2 (26%), mas esse número praticamente dobra (48%) no grupo 3, ou seja, na idade pré-escolar que é obrigatória.

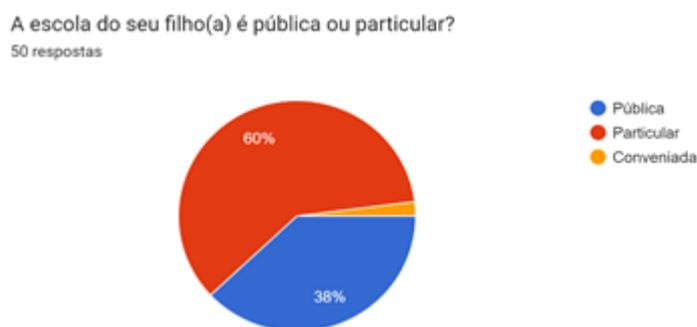
Já é possível observarmos, a partir dessa primeira análise, como programas e políticas públicas impactam a sociedade, principalmente em famílias com renda per capita (por pessoa) entre um e dois salários-mínimos. Analisando a renda familiar per capita (por pessoa), das famílias que

afirmaram receber entre um e dois salários mínimos, observou que cerca de 78% cursou, apenas, até o ensino médio, o que demonstra a relação do nível de instrução com a renda familiar.

Além disso, observamos que 63% dessas famílias que ganham entre um e dois salários matricularam seus filhos em escola pública, o que representa a maioria e demonstra relação existente entre nível de instrução e rede de ensino.

Sobre a matrícula em escola pública, podemos fazer uma análise complementar e perceber que 37% destas famílias (mais de 1/3), mesmo com renda per capita muito baixa (classes C, D e E), optaram em matricular suas crianças em escola particular. Esta preferência pode estar ligada a fatores que a pesquisa não abarcou, mas conjecturamos se o motivo está na baixa oferta de escola pública para a educação infantil em algumas dessas regiões ou a sua oferta em qualidade (de ensino, segurança, convívio etc.) não aceitável por essas famílias. São questionamentos que precisam ser realizados em pesquisas futuras. Essa busca pela escola particular está também demonstrada abaixo:

Imagem 3 – Distribuição total das crianças do questionário pela rede de ensino.



Fonte: acervo do professor

1.2 Relação entre nível de instrução, renda familiar e rede de ensino.

Analisando estes três conjuntos de respostas sobre o nível de instrução, renda familiar e rede de ensino das crianças, destacamos as seguintes perguntas:

a) Quantas pessoas, com nível de instrução Ensino Fundamental, ganham entre 1 e 2 salários mínimos? 100%

b) Quantas pessoas, com nível de instrução Ensino Médio, ganham entre 1 e 2 salários mínimos? 77%

c) Quantas pessoas, com nível de instrução Graduação, ganham entre 1 e 2 salários mínimos? 31%

d) Quantas pessoas, com nível de instrução Pós-graduação, ganham entre 1 e 2 salários mínimos? 14%

e) Quantos pais com nível de instrução Ensino Médio ou inferior, possuem crianças matriculadas na rede pública de ensino? 89%

f) Quantos pais com nível de instrução superior (graduação e pós-graduação), possuem crianças na rede privada de ensino? 70%

De todas as famílias que ganham entre 1 e 2 salários mínimos (classes C, D e E), cerca de 81% tem nível de instrução até o ensino médio, e 59% matricularam seus filhos na escola pública. Por outro lado, 70% das famílias que ganham sete ou mais salários têm, pelo menos, a graduação.

Questionando se nosso espaço amostral (pessoas que participaram da pesquisa) representava de forma equilibrada os diferentes grupos sociais, procuramos buscar outras fontes confiáveis e compará-las aos resultados de nossa pesquisa. Para tanto, escolhemos os dados relacionados às classes sociais e à renda familiar, já que fizemos relação desses dados com o nível de instrução e com a rede pública de ensino.

Este resultado é próximo ao obtido pela ABEP (2022) sinalizando que a amostragem desta primeira etapa representa bem as diferentes parcelas da população e o impacto da renda na instrução familiar.

No grupo analisado, procuramos entender a existência de diferentes níveis de instrução e de renda familiar para famílias que afirmam necessitar de auxílio para educarem seus filhos (as) ou melhorarem a relação com eles (as).

Neste grupo destacamos as seguintes perguntas e obtivemos os seguintes resultados:

a) Qual é a sua renda familiar? 63% ganham entre 1 e 2 salários

b) Quantas pessoas que ganham até 2 salários mínimos afirmam precisar da ajuda de um profissional? 59%

c) Quantas pessoas, com renda entre 3 e 4 salários mínimos, afirmam precisar dessa ajuda? 73%

d) Quantas pessoas que ganham 5 ou mais salários afirmam precisar dessa ajuda? 43%

e) Qual o seu nível de instrução? 47% possuem até o nível médio de instrução e 53% graduação ou superior.

f) Quantas pessoas com nível médio ou inferior afirmam precisar de ajuda de um profissional? 53%

g) Quantas pessoas com graduação ou pós-graduação afirmam precisar da ajuda de um profissional? 67%

Segundo resultado obtido junto aos participantes que responderam ter alguém na família com sinais constantes de irritação, desânimo ou tristeza, foi de cerca de 63% que ganham entre 1 e 2 salários mínimos e outros 63% possuem nível de instrução até o ensino médio. Cerca de 48% têm crianças matriculadas na escola pública.

Embora os números obtidos ao relacionar os sinais de irritação, de desânimo ou de tristeza com a renda familiar e o nível de instrução representem a maioria dos casos, esta porcentagem (63%) está mais próxima da metade do que da totalidade dos casos, mais uma vez sinaliza a existência de outros fatores influenciadores dos desvios comportamentais. Já sobre a rede de ensino, não encontramos qualquer relação, visto que praticamente metade destas famílias está vinculada à escola pública e outra, à escola particular.

Nada expressivo acontece quando relacionamos as outras perguntas “Precisar da ajuda de um profissional” ou “sinais de irritação nas crianças após o uso de eletrônicos” com o nível de instrução, de renda familiar e de escola pública.

1.3 Perguntas relacionadas ao bem-estar físico, mental e social

Usando como parâmetros as orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS), instituição voltada para o bem-estar físico, mental e social,

inserimos, no primeiro questionário, perguntas relativas ao brincar e às relações das crianças com outros grupos sociais.

Segundo esta organização, as orientações “determinam que crianças de um a quatro anos de idade devem estar ativas por pelo menos 180 minutos ao longo do dia” (ONU, 2019), afirmando ainda que os comportamentos entendidos como sedentários, tais como ficar sentado passivamente à mesa da escola, assistir à TV ou qualquer outra atividade que não seja uma interação com o mundo real trazem resultados ruins à saúde. Ao contrário, a OMS recomenda que “meninos e meninas nessa faixa etária passem três horas em atividades como caminhar, engatinhar, correr, pular, se balançar, escalar, dançar, pedalar, pular corda e outros passatempos” (ONU, 2019).

Quanto ao tempo de uso das telas eletrônicas, as orientações são para que bebês menores de 12 meses não fiquem nem 1 minuto na frente desses dispositivos e as demais crianças, até 5 anos, no máximo 60 minutos.

1.4 Uso de eletrônicos pelas crianças e o impacto na escola

A análise do questionário aplicado mostra que o uso das telas eletrônicas pela maioria das crianças ultrapassa o recomendado pela OMS. Se associarmos as perguntas sobre a idade da criança e o uso desses dispositivos, obtemos a informação de que apenas 32% das famílias estão dentro das orientações sugeridas, e todas pertencem ao grupo das crianças maiores de 1 ano de idade, o que equivale a dizer que todas as famílias com bebês (até 12 meses) estão fora da recomendação, já que estes não devem usar nem por 1 minuto (ONU, 2019).

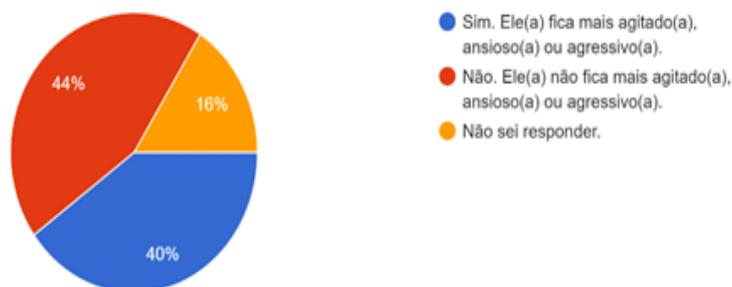
Fazendo uma análise complementar sobre o uso das telas eletrônicas, percebemos que 68% das crianças estão fora das recomendações da OMS.

Ao perguntarmos às famílias qual a reação das crianças após o uso dos dispositivos eletrônicos, 40% conseguiram notar mudanças comportamentais em seus filhos, afirmando que as crianças sinalizam maior agressividade, estresse ou irritação.

Imagem 4 – Como as famílias percebem o uso dos eletrônicos pelas crianças.

Você considera que as brincadeiras, vídeos e jogos do seu filho(a) deixam ele(a) mais agitado(a), ansioso(a) ou agressivo(a)?

50 respostas



Fonte: acervo do professor

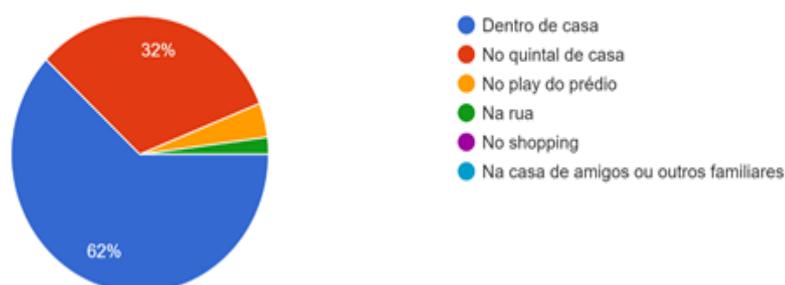
Outros pontos a serem considerados são aqueles ligados ao modo e ao local de brincar. Segundo estudos realizados pela Universidade de Exeter e publicado na revista *Child Psychiatry and Human Development* “as crianças que participam de brincadeiras na rua e com movimento apresentam menor probabilidade de desenvolver doenças como ansiedade e depressão” (ESTADÃO, 2022).

Por meio do questionário aplicado às famílias da Baixada Fluminense, observamos que 62% das crianças costumam brincar com maior frequência dentro de casa, aumentando as chances de desenvolverem essas crises emocionais.

Imagem 5 – Onde as crianças mais costumam brincar

Onde seu filho(a) mais costuma brincar quando está fora da escola?

50 respostas



Fonte: acervo do professor

As pesquisas de Galvão (1995) apontam para a necessidade da vida social, do convívio com o outro. Ela afirma que “a ideia de uma personalidade que se forma isolada da sociedade é inconcebível para a perspectiva walloniana, segundo a qual é na interação e no confronto com o outro que se forma o indivíduo” (GALVÃO, 1995, p. 80).

2. Necessidade de orientação de um profissional

O Comitê Científico do Núcleo pela Infância levanta a importância de se pensar “em programas de apoio às famílias na interação com seus filhos, para instrumentalizar os cuidadores [família, escola e sociedade] a construir ambientes favoráveis para promover um desenvolvimento humano integral” (NCPI, 2016, p. 4):

Certamente, há que se incrementar a educação permanente dos profissionais das áreas de educação, saúde e assistência social, para que trabalhem mais próximos das famílias e tenham elementos pertinentes para avaliar, monitorar e intervir, possibilitando uma ampliação do cuidado na primeira infância (NCPI, 2016, p. 4).

Por intermédio deste trabalho de pesquisa, foi verificado grande número de pessoas que alegam precisar de ajuda para relacionar-se com seus filhos e familiares. Os autores que defendem o apoio às famílias alegam que

Crianças que tiveram boas oportunidades na infância (escolares, afetivas e sociais) tendem a apresentar um melhor desempenho acadêmico e profissional, um maior ajuste social e uma menor propensão à criminalidade, uso de drogas, adoecimento físico ou mental (NCPI, 2016, p.4).

É papel dos pais, dos familiares, dos educadores e da sociedade acolherem as crianças e atenderem-nas em suas necessidades em momento de atenção, de desconforto e de suas necessidades de desenvolvimento, para tanto, é necessário capacitar os profissionais e orientar a família (NCPI, 2016).

Este grupo de perguntas foi elaborado para percebermos, dentro do quadro familiar, quem são as pessoas que buscam por orientação. As perguntas escolhidas para compor este grupo foram:

a) Tem alguém com sinais constantes de irritação, desânimo ou tristeza na sua casa? Resposta 54%

b) Você, seu companheiro (a) ou seu filho (a) precisou ir a um psicólogo ou outro profissional de saúde mental neste ano (2022)? Resposta 56 %

c) Já pensou em receber ajuda de algum profissional como um psicólogo (ou outro) para ajudar na educação do seu filho (a) ou para melhorar a sua relação com ele(a)? Resposta 60%

d) Você considera que as brincadeiras, vídeos e jogos do seu filho (a) deixam ele agitado (a), ansioso (a) ou agressivo (a)? Resposta 40%.

Na pergunta a, metade das famílias alega precisar de orientação para lidar com seus filhos (as), família ou com as próprias dificuldades (54%). Este questionário on-line mostrou-nos relação parcial entre renda familiar, grau de instrução e quadros de crises emocionais. Isso não significa que não existam questões sociais como desemprego, moradia, dentre outros que interfiram e que contribuam para um quadro de conflitos, mas a situação socioeconômica não é o único fator influenciador das crises comportamentais.

Por outro lado, a pesquisa mostrou grande relação entre aqueles que alegam estarem vivendo algum tipo de conflito, de crise emocional e os perfis de crianças que brincam a maior parte do tempo sozinhas, com eletrônicos e em casa.

Já a relação entre o modo como os pais convivem com seus filhos (as) e as crises de ansiedade e de depressão não foi encontrada nesta etapa da pesquisa.

3. Crises e conflitos

Neste trabalho, não fizemos distinção entre crise e conflito, já que assumem, por vezes, o mesmo significado nas obras analisadas.

Percebemos, por meio de Wallon (1968), que as crises (ou conflitos) se manifestam por questões biológicas e sociais, estando ligados a fases ou a etapas vividas pelas crianças e pela interação com o meio, com as pessoas e com a sociedade. As brigas e disputas, que nos relata Galvão (1995), entre crianças com quatro e cinco anos são muito comuns e não representam falta de parâmetros dos pais, embora a delimitação de ações e de expectativas sejam necessárias para orientá-los, mas sim uma fase de afirmação do eu:

Em geral, esta etapa [afirmação do eu] tem o aspecto de uma verdadeira crise, como bem podem testemunhar os educadores da faixa pré-escolar, na qual são extremamente frequentes os conflitos interpessoais. A criança opõe-se sistematicamente ao que distingue como sendo diferente dela, o não-eu: combate qualquer ordem, convite ou sugestão que venha do outro, buscando, com o confronto, testar a independência de sua personalidade recém-desdobrada, expulsar do eu o não-eu (GALVÃO, 1995, p. 53 e 54).

Além de individual, as crises podem ser coletivas como as que aconteceram em diferentes escolas do país na “volta às aulas”. Galvão (1995) afirma-nos que a emoção tem caráter social e que se alimenta das reações que provoca no outro:

Devido a seu poder de contágio, as emoções propiciam relações interindividuais nas quais diluem-se os contornos da personalidade de cada um. Esta tendência de fusão própria às emoções explica o estado de simbiose com o meio em que a criança se encontra no início do desenvolvimento. E explica também a facilidade pela qual a atmosfera emocional domina eventos que reúnem grande concentração de pessoas, como comícios, concertos de música, rituais religiosos, situações nas quais apaga-se, em cada um, a noção de sua individualidade (GALVÃO, 1995, p. 61).

Dessa forma, para dissolver os efeitos dessas crises, basta retirar-lhes o combustível – a atenção; uma vez que, na ausência de público, certas crises emocionais tendem a acabar (GALVÃO, 1995).

Podemos lançar mão de outros recursos para atenuar ou para dissolver as crises. Para Galvão (1995) e para Wallon (1968), os recursos intelectuais reduzem os quadros emocionais eliminando as características da crise:

A importância dessas manifestações emocionais coletivas diminui conforme o grupo social disponha de outros recursos (técnicos e intelectuais) para garantir coesão e adaptação ao meio. [...]. Este é o caso das funções intelectuais, que na psicogênese vão adquirindo importância progressiva como forma de interação com o meio (GALVÃO, 1995, p. 61).

Uma simples interpretação intelectual das razões da crise ajuda o indivíduo a encontrar um estado mais equilibrado (WALLON, 1968), o que é reforçado por Galvão quando afirma que “analogamente, é possível constatar que a atividade intelectual voltada para a compreensão das causas de uma emoção reduz seus efeitos, uma crise emocional tende a se dissipar mediante atividade reflexiva” (GALVÃO, 1995, p. 62).

Na verdade, os recursos da emoção e da inteligência anulam-se e substituem-se umas às outras. Dessa forma, existe um caminho inverso em que as cargas emocionais podem interferir no raciocínio e dificultar a compreensão e a tomada de decisão. Galvão (1995) ilustra esse quadro quando descreve que o aumento do calor das emoções faz diminuir ou impedir o desempenho intelectual.

Conclusões

Ao analisarmos e relacionarmos diferentes perguntas, verificamos que as famílias cujos pais têm nível de instrução até o ensino médio, são praticamente as mesmas que têm renda familiar baixa – até 2 salários e, por esse motivo, recorrem à rede pública de ensino.

Foi igualmente observado que, nessas famílias, há uma evasão da escola pública ou por baixa oferta para educação infantil, ou por uma qualidade (ensino, segurança, convívio etc.) questionável pelos pais, ou por outros fatores que fogem à pesquisa e, portanto, nos solicitam continuidade deste trabalho.

Embora tenha sido observado relação entre nível de instrução, renda familiar e rede de ensino, esses perfis apresentaram relação parcial com os quadros de conflito na comunidade escolar.

Independentemente do momento em que a relação entre a renda familiar e os quadros de estresse, ansiedade e depressão serão fortes ou parciais, é importante um olhar a esta parcela da população (em situação de vulnerabilidade), pois denunciam problemas graves de gestão pública e atendimento às famílias e em especial às crianças.

Por meio do primeiro questionário, não foi encontrada ligação entre a relação familiar com os problemas comportamentais. Já na segunda etapa da pesquisa, ficou claro que a maioria das famílias que conseguem orientar suas crianças colocando-lhes limites, alegam não precisar da ajuda de um profissional para lidar com seus filhos (as).

Por outro lado, encontramos forte relação do brincar da criança com os quadros de ansiedade, estresse e depressão existentes na família como um todo. Crianças que utilizam por muitas horas as telas eletrônicas ou, de forma geral, o seu brincar tem pouco ou quase nenhuma movimentação, ou ainda não se relacionam com outras crianças, aparecem em número elevado nos grupos de famílias com crises comportamentais. Isso ficou bastante evidente na segunda etapa da pesquisa.

Já a partir da segunda etapa, observamos a necessidade de interação entre a educação e outros setores que cuidam da família e da criança como o de saúde mental e assistência social. Um conhecimento geral sobre outras áreas permite-nos realizar, de modo mais preciso, direcionamentos das famílias e de suas crianças para profissionais específicos e, dialogando com eles, oferecer maiores recursos psicológicos e sociais para o desenvolvimento pleno dos indivíduos, sem que venhamos a assumir uma área de atuação fora da nossa formação:

Ainda que se tenha explorado aqui, separadamente, a atuação dos profissionais de saúde e de educação infantil na promoção de vínculos saudáveis, entende-se que esses profissionais não podem trabalhar isoladamente. Há que se desenvolver programas que integrem os diversos setores como: saúde, assistência social, educação, justiça, entre outros. A

intersetorialidade é condição necessária ao cuidado integral da criança (NCPI, 2016, p. 12).

A capacitação dos profissionais de educação para o trabalho docente e de orientação é necessária e contínua. Prepará-los para as singularidades e para a compreensão do quadro familiar é condição básica. Segundo o Comitê Científico aqui referenciado, “profissionais de saúde e de educação devem ter capacitação para trabalhar em equipes multidisciplinares e estarem sensibilizados para a importância dos vínculos familiares” (NCPI, 2016, p.12).

A necessidade de investimento em educação continuada para esses diferentes profissionais para melhor habilitá-los e para prepará-los, a fim das intervenções necessárias quando na ocorrência dos problemas sociais e afetivos também os capacitará para trabalhos de prevenção e de redução dos danos e transtornos futuros (NCPI, 2016).

Políticas públicas precisam ser desenvolvidas como prevenção aos problemas citados:

São elas: promoção da educação de modo geral, permitindo um grau mais alto de escolaridade aos pais; acesso a serviços públicos de boa qualidade; programas de apoio às famílias; programas de incentivo à amamentação; programas de apoio à primeira infância e suporte social às famílias por instituições educacionais, como as de educação infantil (NCPI, 2016, p. 8).

Fazendo uso de nossas observações realizadas no período em que ficamos dentro da escola analisada, apontamos o pouco tempo ou quase nenhum disponibilizado para as crianças brincarem ou de forma autônoma ou direcionadas. E muitas das oportunidades de aprendizagem vêm do brincar e da relação com o outro, do faz de conta durante as brincadeiras, da movimentação ampla etc. Em sua maioria, foi presenciado apenas uma a duas turmas por dia, utilizando a quadra coberta. O pátio praticamente não foi utilizado.

Sendo assim, levantamos as seguintes questões: a orientação dos pais por profissionais dentro e fora da escola poderia ser útil à estruturação familiar e à relação pais e filhos (as)? Criar procedimentos que facilitem os pais acompanharem o desenvolvimento dos seus filhos (as) ajudaria na harmonização da relação família-escola e na diminuição das faltas, já que, uma vez percebendo a importância da escola, a frequência dos alunos aumentaria? Marcar rodas de conversa com os professores (as) sobre as práticas pedagógicas de alfabetização e sobre o brincar na educação contribuiria igualmente para a assiduidade do aluno e sua aprendizagem? São perguntas que poderiam nos levar a refletir sobre as

relações e sobre os procedimentos no âmbito escolar em prol do aluno, da família e da sociedade local.

Galvão (1995) alerta-nos que a proposta que se deve assegurar é que “seja possível distinguirmos entre os conflitos que possuem de fato um significado positivo e aqueles que, ao contrário, indicam inadequações e equívocos da escola em atender as necessidades e possibilidades da criança” (GALVÃO, 1995, p. 93). Galvão continua dizendo que a escola precisa assumir seu papel sociopolítico e de transformação da sociedade.

REFERÊNCIAS

(ABEP), Associação Brasileira Empresas de Pesquisa. Critério Brasil. São Paulo: ABEP, 2022. URL: <https://www.abep.org/criterio-brasil>. Acesso em 03 de janeiro de 2024.

DANTAS, H. Afetividade e a construção do sujeito na psicogenética de Wallon, em La Taille, Y., Dantas, H., Oliveira, M. K. Piaget, Vygotsky e Wallon: teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus Editorial Ltda, 1992.

ESTADÃO. **Brincadeiras ao ar livre podem favorecer a saúde mental**. Summit Saúde & Bem-estar, 2022. Disponível em: <<https://summitsaude.estadao.com.br/saude-humanizada/brincadeiras-ao-ar-livre-podem-favorecer-a-saude-mental/>>. Acesso em: 24 de outubro 2022.

FERREIRA, A. L.; ACIOLY-RÉGNIER, N. M **Contribuições de Henri Wallon à relação cognição e afetividade na educação**. Educar em Revista [online]. 2010, n. 36, pp. 21-38 Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-40602010000100003>>. Acesso em: 27 novembro 2023.

FREIRE, P. **Educadores de Rua: Uma abordagem crítica: Alternativas de atendimento aos meninos de rua**. Bogotá: Editorial Gente Nueva, 1989.

GALVÃO, Izabel. Henri Wallon: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil. Petrópolis: Vozes, 1995.

NCPI, Comitê Científico do Núcleo pela Infância. **Importância dos Vínculos Familiares na Primeira Infância: Estudo II**. São Paulo. Fundação Marília Cecília Souto Vidigal – FMCSV, 2016.

ONU, ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **OMS divulga recomendações sobre uso de aparelhos eletrônicos por crianças de até 5 anos**. As Nações Unidas no Brasil, 2019. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/82988-oms-divulga-recomendacoes-sobre-uso-de-aparelhos-eletronicos-por-criancas-de-ate-5-anos>>. Acesso em: 24 outubro 2023.

SILVA, M. D. **Dificuldades de aprendizagem**. Rio de Janeiro: Associação Franciscana da Divina Providencia 2006. Disponível em: <http://www.colegiosantamaria.com.br>>. Acesso em 06 de janeiro de 2024.

TULESKI, S. C. *et al.* **Voltando o olhar para o professor: a psicologia e pedagogia caminhando juntas.** Revista do Departamento de Psicologia. UFF [online]. 2005, v. 17, n. 1, pp. 129-137 Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-80232005000100010>>. Acesso em: 03 outubro de 2023.

WALLON, H. **A evolução psicológica da criança.** Lisboa: Edições70, 1968.